

## O PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLDÁRIA EM SANTA CATARINA

Bruna Medeiros<sup>1</sup>

Edaiane Comonelli<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é verificar qual o perfil dos empreendimentos de economia solidária (EES) no estado de Santa Catarina. Com relação a metodologia, o método de pesquisa é dedutivo e qualitativo, ainda a pesquisa se caracteriza como aplicada, exploratória e descritiva, juntamente com análise de dados secundários obtidos pelo Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, realizado pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) do ano de 2013. Os resultados apontam que há uma concentração maior de empreendimentos na zona rural do território catarinense e na Região Oeste do Estado, destes, grande parte atua com produção e comercialização de bens e estão organizados em grupos informais.

**Palavras-chaves:** Economia Solidária; Perfil dos empreendimentos; Estado de Santa Catarina.

## THE PROFILE OF SOLIDARITY ECONOMY DEVELOPMENTS IN SANTA CATARINA

**Abstract:** The objective of this article is to verify the profile of the enterprises of solidary economy (EES) in the state of Santa Catarina. Regarding the methodology, the research method is deductive and qualitative, the research is characterized as applied, exploratory and descriptive, along with analysis of secondary data obtained by the Second National Mapping of Economic Solidarity Projects, carried out by SENAES (National Secretariat of Economy Solidária) in the year 2013. The results indicate that there is a greater concentration of enterprises in the rural area of the state of Santa Catarina and in the Western Region of the State, of which the majority are engaged in the production and sale of goods and are organized in informal groups.

**Keywords:** Solidary Economy; Profile of enterprises; State of Santa Catarina.

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Membro do Grupo de Pesquisas Desenvolvimento regional, política pública e governança da Unochapecó e atua como Técnica de Extensão na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP da Unochapecó. Email: bt\_medeiros@hotmail.com

<sup>2</sup> Bacharel em ciências contábeis e Técnica Administrativa na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, Projeto Permanente de Extensão na Universidade Comunitária da Região de Chapecó ITCP UNOCHAPECO. Email: edaiane@unochapeco.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

A economia solidária ao longo dos tempos ganhando espaço nos debates acadêmicos e se tornando uma realidade no cenário da economia brasileira, seus princípios de solidariedade se disseminam criando novos empreendimentos, tornando o mercado mais humanizado e justo.

Após a realização da revisão bibliográfica para este artigo apresenta-se uma sistematização do perfil dos empreendimentos de economia solidária em Santa Catarina. Identificou-se através da base de dados de 2013 do SENAES/MTE que há 764 empreendimentos de Economia Solidária, distribuídos na área rural e urbana localizados nas 06 (seis) mesorregiões sendo: Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Serrana, Sul Catarinense, Vale do Itajaí, e Oeste Catarinense.

Caracteriza-se por empreendimento solidário as diversas formas de manifestação na Ecosol, ou seja, grupos de pessoas que produzem e comercializam seus produtos com base nos princípios da Ecosol supracitados, vale destacar o princípio geral da autogestão é que todos os que trabalham são donos do empreendimento e todos os que são donos trabalham no empreendimento.

Os Empreendimentos Solidários (EES) estão agrupados em 04 (quatro) segmentos: grupo informal; cooperativas; sociedade mercantil e associações com diferentes atividades econômicas pode-se citar: troca de produtos ou serviços; produção e comercialização; comercialização; prestação de serviço; crédito ou finanças solidárias.

Por meio deste estudo pretende-se conhecer o perfil dos empreendimentos solidários no estado de Santa Catarina, para tanto este artigo está dividido em 4 (quatro) seções além desta a introdução. A segunda seção trata-se do referencial teórico sobre o conceito, princípios e concepções da Ecosol, na terceira seção discute-se a metodologia adotada à elaboração deste artigo, e por fim, na quarta e quinta seção são expostas as análises dos resultados e as respectivas considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de Economia Solidária (Ecosol) surge na Europa no século XIX, Cattini (2003), relata que devido a várias situações enfrentadas pelos trabalhadores, fez com que surgissem empreendimentos que constituem a Economia Popular. Essa forma de organização

dos grupos que se pode denominar empreendimento social/econômico gerada pelos operários/trabalhadores na busca de melhorar as condições de trabalho e conseqüentemente de vida, conhece-se também por como Economia Solidária (Ecosol).

A Ecosol é um marco das relações socioeconômicas comunitárias locais, regionais e em redes, que se expandem em diferentes espaços geográficos. Singer (2002, p. 10), compreende que:

A Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva /associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

Desta forma podemos definir a economia solidária como “uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade” (FRANÇA FILHO, 2003, p. 13). Para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a Economia Solidária é baseada pelo fundamento de uma globalização humanizada, que busca o desenvolvimento sustentável, socialmente justo direcionado para suprir as necessidades de cada indivíduo, seguindo um caminho de desenvolvimento sustentável, proporcionando uma significativa melhora na qualidade de sua vida desses grupos. O FBES reforça os princípios da Ecosol através dos movimentos sociais e pela luta de uma sociedade justa e igualitária:

Economia solidaria é um contraponto ao Capitalismo. É uma forma diferente de organizar o trabalho, onde não temos patrão nem empregado, o trabalho é coletivo e autogestionário e a nossa principal preocupação é com as pessoas, com a vida, com o meio ambiente e não com os lucros. Com isso, entendemos que é fundamental fazer valer a igualdade de direitos entre homens e mulheres, respeitando a diversidade de raça, orientação sexual, gerações, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional, portadores de transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas, comunidades estrangeiras e garantir a defesa dos direitos sociais, políticos e econômicos destas pessoas. O movimento de Economia Solidária se alia aos movimentos sociais comprometidos com a construção de uma sociedade justa e igualitária no Brasil, na América Latina, Caribe e no mundo. As práticas de Economia Solidária estão presentes nas lutas e bandeiras de todos os movimentos sociais e devemos trabalhar nossa unidade, fortalecer nossas alianças e buscar realizar processos de diálogos e convergências de nossas ações (FBES, 2012, p.1)

Para o Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS (2016) a Economia Solidária é uma maneira diferente de produzir, comercializar e trocar bens e serviços, sem

exploração do trabalhador, com sustentabilidade, um processo reverso ao capitalismo, estimulando a cooperação, fortalecendo empreendimentos, possibilitando que cada indivíduo pense no seu bem-estar sem deixar de pensar no bem de todos. Alguns princípios são muito importantes para a economia solidária. São eles:

1. **Cooperação:** ao invés de competir, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados;
2. **Autogestão:** as decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo ao invés de ficarem concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos;
3. **Ação Econômica:** sem abrir mão dos outros princípios, a economia solidária é formada por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo;
4. **Solidariedade:** a preocupação com o outro está presente de várias formas na economia solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável (MTPS, 2016, p.1)

A Ecosol fomenta iniciativas econômicas, tanto no campo quanto na cidade, em que os trabalhadores estão organizados coletivamente: associações e grupos de produtores; cooperativas de agricultura familiar; cooperativas de coleta e reciclagem; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; cooperativas de crédito; clubes de trocas (MTPS, 2016).

A economia solidária no Brasil está subdividida em quatro categorias: Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Fomento, organizações de Representação e Governos (MTPS, 2016).

Os EES, segundo o MTPS (2016, p. 01) são aquelas organizações:

- Coletivas e suprafamiliares, ou seja, compostas por mais de duas pessoas que não pertençam à mesma unidade familiar;
- Em que os participantes são trabalhadores dos meios urbano ou rural;
- Em que os trabalhadores que exercem a gestão democrática das atividades e da distribuição dos resultados;
- Que tenham foco na realização de atividades econômicas, de modo permanente, ou que tenham esse objetivo quando estiverem em implantação.

Estes empreendimentos normalmente estão organizados em cooperativas, associações, grupos informais ou, até mesmo, sociedades mercantis. Ainda, são consideradas Entidades de

Apoio e Fomento à Economia Solidária (EAFs) todas as organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que desenvolvem ações de apoio direto.

As instituições atuam na mobilização dos participantes da Economia Solidária em defesa dos seus direitos bem como dos interesses junto ao Estado. Há sete organizações neste meio, são elas: O *Fórum Brasileiro de Economia Solidária*, União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (UNICOPAS) que é composta pelas seguintes organizações: *UNISOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários*, *UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária*, *CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil*, *O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)*, *A Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL)*, *A Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (CONFESOL)*, (MTPS, 2016).

Identificou-se que há órgãos governamentais nas três esferas que fomentam à Economia Solidária, sendo: federal, estadual e municipal. A nível federal a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) hoje pertencendo ao MTPS é responsável de viabilizar e coordenar atividades de apoio à Ecosol, a nível estadual e municipal a Ecosol está presente em vários órgãos governamentais que tem por objetivos implementar política pública de fomento à Ecosol (MTPS,2016).

### **3 METODOLOGIA**

O método de pesquisa é dedutivo, partindo de um referencial teórico que possui relação com o objeto de estudo, neste caso, os empreendimentos de economia solidária. A pesquisa se caracteriza como aplicada e, no que se refere aos objetivos é exploratória e descritiva. O estudo é exploratório porquanto apresenta maior proximidade com uma indagação a partir de levantamento bibliográfico e documental. Também, descritiva, visto que tem como objetivo descrever as principais características dos empreendimentos de economia solidária no Estado Catarinense. As pesquisas quando combinadas com a metodologia exploratória e descritivas visam descrever detalhadamente fenômenos (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A revisão bibliográfica ocorreu através da consulta a publicações como, artigos sites, livros entre outros, capazes de fornecer dados atualizados e relevantes sobre o tema de pesquisa. A metodologia do artigo se baseia em revisão bibliográfica e análise de dados

secundários com base nos dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), mapeamento realizado pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), finalizado em 2013.

Iniciadas as pesquisas de cunho bibliográfico, objetivou-se realizar a conceituação e fundamento teórico do presente trabalho, bem como o atual estado da arte. Assim, para se responder as primeiras indagações, palavras-chave foram buscadas, tais como: economia solidária e empreendimentos de economia solidário (solidários). Desta forma, foram encontrados, artigos, sites e livros que versavam sobre a temática, dentre eles os principais são: *Introdução à Economia Solidária* (SINGER, 2002); *Carta Política da V Plenária Nacional da Economia Solidária* (FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012) e *Atlas Digital da Economia Solidária* (SIES, 2013).

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A partir da coleta de dados obtidos por meio da SENAES/MTE, pode-se observar que em Santa Catarina temos um total de 764 empreendimentos de economia solidária, sendo distribuídos 432 empreendimentos na zona rural que corresponde (56,54%), 192 na zona urbana que corresponde (25,13%) e 140 que corresponde a rurais/urbanos (18,32%) do total de empreendimentos. Deste modo observamos que há uma concentração maior de empreendimentos na área rural do território catarinense e na região Oeste de Santa Catarina, isso se deve ainda ao trabalho promovido pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Comunitária da Região de Chapecó-Unochapecó, que atua como projeto permanente de extensão tendo como missão apoiar iniciativas de Ecosol – cooperativas, associações de produção e consumo, grupos de produção e outras formas de organização econômica autogestionárias; contribuir para o Desenvolvimento Social e Econômico do Oeste Catarinense; auxiliar na formulação e execução de Políticas Públicas destinadas ao fomento das experiências de Ecosol.

Os empreendimentos estão distribuídos 6 (seis) mesorregião, sendo: Grande Florianópolis com um percentual de (6,54%) do total de empreendimentos; Norte Catarinense com (12,17%); Serrana com (6,41%); Sul Catarinense com (11,39%); Vale do Itajaí com (9,95%), e o Oeste Catarinense com (46,47%); que é onde se tem uma concentração maior de empreendimentos de economia solidária do Estado Catarinense.

A Ecosol, tem como base a valorização da mulher, contudo, com relação ao sexo dos sócios, observou-se a predominância do sexo masculino, pois do total de empreendimentos em média (65,59%) são homens e o restante (34,41%) são mulheres.

As formas de organização dos empreendimentos, segundo o mapeamento da SENAES/MTE podem ser agrupados em: grupo informal, 239 empreendimentos que correspondem à (31,28%); associações, 325 empreendimentos que correspondem a (42,54%); cooperativas, 189 empreendimentos que correspondem à (24,74%); e sociedade mercantil, 11 empreendimentos que correspondem à (1,44%); do total de empreendimentos. Aqui observa-se que grande parte dos empreendimentos já se caracterizam como associações ou cooperativas, mas que ainda se tem um percentual elevado de grupos caracterizados como grupos informais, ou seja, não legalizados.

A internet é uma forma divulgação dos empreendimentos além de ser essencial em algumas rotinas administrativas dentro dos grupos, deste modo, verificou-se ainda qual a porcentagem de empreendimento que possui acesso à internet no estado catarinense, onde, 454 empreendimentos declaram que tem acesso que corresponde à (59,42%), e o restante, 300 empreendimentos, que correspondem à (39,27%) declarou que não possui acesso à ferramenta da internet.

Com relação as atividades econômicas principais dos EES no Estado de Santa Catarina são: troca de produtos ou serviços 8 empreendimentos (1,05%); produção ou produção e comercialização 421 empreendimentos (55,10%); comercialização ou organização da comercialização 202 empreendimentos (26,44%); Prestação do serviço ou trabalho a terceiros, 46 empreendimentos (6,02%); poupança, crédito ou finanças solidárias 35 empreendimentos (4,58%); consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios 52 empreendimentos (6,81%) do total de empreendimentos.

A articulação entre os diferentes espaços que discutem economia solidária, empodera cada vez mais os seus participantes, deste modo verificou-se ainda se o empreendimento participa de alguma rede ou fórum de articulação, onde dos 754 empreendimentos (47,38%) declarou que participa e o restante (52,62%) declarou que não participa. Deste modo pode-se observar, que há um grande número de empreendimentos (aproximadamente 400 EES) no Estado não possui nenhuma vinculação com esses espaços de discussão de economia solidária.

Com relação aos principais desafios dos empreendimentos, os dados do mapeamento da SENAES identificou que: empreendimentos que possui dificuldades econômicas de



viabilizar o empreendimento (15,92%); gerar renda adequada aos (às) sócios (as) (18,35%); garantir proteção social (previdência, assistência e saúde) para os (as) sócios (as) (6,07%); efetivar a participação e a autogestão (9,79%); alcançar a conscientização e a politização dos (as) sócios (as) (7,57%); alcançar maior conscientização ambiental dos (as) sócios (as) (11,14); promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidária (10,91); manter a união do grupo/coletivo (15,40%); outros (4,85%).

Do total de empreendimentos 421 empreendimentos que fazem comercialização dos produtos num determinado local, (29,22%) comercializam em lojas ou espaços próprios; (13,06%) espaços de venda coletivos (centrais de comercialização, CEASA); (39,67%) feiras livres; (41,09%) feiras e exposições eventuais/ especiais; (28,27%) feiras de economia solidária e/ou agroecologia; e (72,45%) possui entrega direta a clientes.

Ainda sobre os empreendimentos com comercialização as maiores dificuldades levantadas pelos sócios foram: o empreendimento tentou mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes (16,83%); não há sócios disponíveis para cuidar da comercialização (10,89%); ninguém do empreendimento tem conhecimento sobre vendas (argumentação, negociação etc.) (2,48%); o empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar (3,96%); os preços praticados são inadequados (8,42%); os clientes exigem um prazo para o pagamento (9,41%); os compradores só compram em grande quantidade (7,43%); dificuldade em manter a regularidade do fornecimento (17,33%); falta de capital de giro (23,27%); falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal etc.) (13,86%); falta de registro sanitário ou alvará (10,40%); a concorrência, os atravessadores, existência de monopólios (21,78%); dificuldade ou custo elevado de transporte (3,93%); precariedade das estradas para escoamento da produção (8,42%); estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos etc.) inadequada (15,84%); Os produtos não são conhecidos no mercado (5,94%).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo principal deste trabalho foi a caracterização do perfil dos empreendimentos de economia solidária no Estado de Santa Catarina, para isso utilizou-se de referências bibliográficas que discutem economia solidária juntamente com análise de dados secundários obtidos pelo Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, realizado pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) no ano de 2013.



Dentre os principais resultados do artigo pode-se citar que, há um predomínio de empreendimentos na zona rural do Estado de Santa Catarina havendo uma concentração maior de EES na Região Oeste Catarinense. Este dado relaciona-se ao trabalho desenvolvido deste 2003 pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ITCP-Unochapecó que é um projeto permanente de extensão universitária que atua como fomentadora e fortalecedora dos EES na Região Grande Oeste Catarinense.

Ainda, pode-se concluir que, por mais que a economia solidária se pautar na valorização da mulher, na média, há um predomínio de homens que atuam como sócios dos empreendimentos.

Os grupos no Estado Catarinense, apesar de grande parte já estarem organizados em cooperativas ou associações, percebe-se que há um número considerável de empreendimentos que atuam ainda como grupos informais. Ainda, observa-se que há um grande número de empreendimentos que não possuem acesso à internet, considerada uma ferramenta essencial em rotinas administrativas e como forma de divulgação e marketing dos empreendimentos

Com relação a principais atividades dos EES em Santa Catarina, mais de (50%) atuam com produção e comercialização de bens e os principais desafios mencionados dos empreendimentos foram de viabilizar economicamente, gerar renda adequada aos sócios para que consigam dedicar-se exclusivamente ao empreendimento e manter a união do grupo.

A participação em espaços de articulação de economia solidária empodera e politiza os participantes, no entanto, identifica-se que mais de 45% do total dos empreendimentos do Estado de Santa Catarina não possui participação em nenhuma rede ou fórum de articulação.

No entanto são muitos os desafios que a Economia Solidária (Ecosol) tem à frente, uma delas é fomentar a construção de uma nova economia dentro de um sistema capitalista. Como pesquisas futuras, sugere-se estudar especificamente o empreendimento do Oeste e suas fragilidades.

## REFERÊNCIAS

CATTANI, D. A. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Carta de Princípios da Economia Solidária. **III Plenária Nacional da Economia Solidária**, 2003. Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=63&Itemid=60](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Carta Política. **V Plenária Nacional da Economia Solidária**, 2012. Disponível em: <<http://cirandas.net/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria/carta-politica-da-v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria>>. Acesso em: 26 jul. 2016

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Revista Sociedade & Estado**, Brasília, v. 14, n. 1-2, p. 243-75, jan/dez. 2001

\_\_\_\_\_; LAVILLE, J. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. 135-143 p.

\_\_\_\_\_. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, p.799-834, 2004.

\_\_\_\_\_. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81-99, mar. 2009.

\_\_\_\_\_. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Outra economia**, v. 2, n. 3, p. 58-72, 2011.

MTPS – Ministério Trabalho e Previdência Social; **Economia solidaria**. Disponível em: <[www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria](http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. Proposta, v. 75, p. 91-99, 1997. **Science Plus Group**. Ucinet software descriptions. Disponível em: Acesso em 7 de junho de 2014.

SIES. **Atlas Digital da Economia Solidária**. 2013. Disponível em: <[sies.ecosol.org.br/sies](http://sies.ecosol.org.br/sies)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_; SOUZA, A. R. (Org.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000

*Recebido em 06 de junho de 2017 e aceito em 11 de junho de 2017.*